

# PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORTE, EVOLUÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO REGIONAL

## DEVELOPMENT PROCESS IN THE NORTHERN REGION, EVOLUTION AND SECTORAL SPECIALIZATION OF REGIONAL EMPLOYMENT

Mariza Ramalho Nunes 1  
Ana Cláudia Barroso 2

**Resumo:** Este trabalho busca analisar a evolução e especialização do emprego dos estados da região Norte do Brasil, de acordo com os setores da economia, através do Quociente Locacional (QL). Para tal, faz-se uma revisão bibliográfica acerca do processo histórico de ocupação da região e aborda as teorias de desenvolvimento econômico, partindo das teorias acerca das regiões e sua importância para compreensão dos aspectos econômicos, sociais e políticos atuais. A metodologia consiste no comparativo da evolução e especialização do emprego setorial dos sete estados da região Norte, a partir do QL, uma ferramenta tradicional utilizada em estudos de economia regional para identificar as aglomerações especializadas. Para o cálculo do QL foram utilizados os dados do número de emprego da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dos anos de 2010, 2015 e 2020. Os setores analisados são: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária. Como principais resultados, notou-se que, o setor da indústria, apenas o estado do Amazonas possui uma concentração maior que a região; o setor de Construção Civil apresentou maior especialização em quatro estados; o setor de Comércio e Serviços é mais concentrado em seis estados; e o Tocantins foi o único estado a apresentar concentração acima de 2, no setor de Agropecuária.

**Palavras-chave:** Região Norte. Desenvolvimento Regional. Emprego. Especialização Setorial.

**Abstract:** This study aims to analyze the evolution and specialization of employment in the states of the Northern region of Brazil, according to economic sectors, using the Location Quotient (LQ). To do so, it conducts a literature review on the historical process of regional occupation and addresses theories of economic development, starting from theories about regions and their importance in understanding current economic, social, and political aspects. The methodology consists of comparing the evolution and sectoral employment specialization of the seven states in the Northern region, based on the LQ, a traditional tool used in regional economics studies to identify specialized clusters. Employment data from the Annual List of Social Information (RAIS) for the years 2010, 2015, and 2020 were used to calculate the LQ. The sectors analyzed are: Industry, Construction, Commerce, Services, and Agriculture. The main findings indicate that only the state of Amazonas has a higher concentration than the region in the Industry sector; the Construction sector showed greater specialization in four states; Commerce and Services are more concentrated in six states; and Tocantins was the only state to show a concentration above 2 in the Agriculture sector.

**Keywords:** Report. Experience. Project. Text. Writing.

- 1 Graduada em Ciências Econômicas (UFT) e Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT). Atualmente é economista da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Humano, lotada na Superintendência de Planejamento e Orçamento. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5072426220694249>. E-mail: marizanunesramalho@gmail.com.
- 2 Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (UFT). Graduada em Ciência Política (UNINTER) e graduada em Ciências Econômicas (UEG). Atualmente é professora e Coordenadora Adjunta do curso de Direito do Centro Universitário São Lucas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4780225557896143>. E-mail: ana.cbt@gmail.com.

## Introdução

A organização econômica do Brasil surge com a produção açucareira, iniciada no século XVI, no litoral do Nordeste, principalmente nos estados de Pernambuco e Bahia. Em meados século, o açúcar já era o produto mais procurado na Europa e sua produção se tornou a atividade exportadora do país. O ciclo açucareiro entra em decadência no início do século XVIII abrindo caminho para mais um novo período, que ficou conhecido como o ciclo do ouro.

Em Minas Gerais, século XVIII, dá-se início à corrida do ouro, atraindo pessoas para o interior do território brasileiro contribuindo assim, para desbravamento do sertão e para o aumento populacional da colônia. Nesse período ocorreu a transferência da capital do país, de Salvador para o Rio de Janeiro. O período de auge do ouro tem fim no final do século XVIII (CANO, 1997).

O ciclo da economia cafeeira tornou-se a maior base de sustentação do Brasil na época (iniciando em 1800 e perdurando até 1930), devido tanto à exportação do produto como à base produtiva, que passou de escravista para assalariada. A produção cafeeira entra em declínio em 1929, com a crise de superprodução, também conhecida como a Grande Depressão, que persistiu ao longo da década de 1930 terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial.

A região Norte teve seu auge no período de 1866 a 1913, com a borracha, que na época concentrou grande parte da renda nas cidades de Belém e Manaus. Segundo Pereira (2000, p. 15) “a exportação do produto atinge seu pico, em 1912, representando cerca de 40% do valor total exportado do país”.

O processo de ocupação da região Norte do Brasil deu início ainda no período colonial. Em 1616, uma grande expedição composta por portugueses chegou à região amazônica, onde hoje, são os estados de Mato Grosso, Roraima, Pará e Tocantins (CADERNO TOM DA AMAZÔNIA, 2005).

No início, a intenção dos navegantes era a demarcação territorial visto que, a região sofria ameaças de invasão estrangeiras por parte dos holandeses, franceses e espanhóis. Com a conquista da costa amazônica assegurada dá-se início à exploração econômica na região (VELOSO, 2011).

Contudo, o Norte viveu seu *boom* econômico no período de 1866 a 1913, com a extração da borracha, que na época concentrou grande parte da renda nas cidades de Belém e Manaus. Foi um período marcado pela intensa migração de homens vindos de todas as partes do mundo atraídos pela promessa de riqueza. O contingente mais numeroso era de sírio-libaneses, especializados no comércio, e também milhares de nordestinos, principalmente do estado do Ceará. Quanto à sociedade regional, os seringalistas e grandes comerciantes usufruíam da riqueza fácil proporcionada pela borracha (CADERNO TOM DA AMAZÔNIA, 2005).

O ciclo da borracha entra em decadência no início do século XX devido à grande concorrência da produção inglesa que investiu seu capital em suas colônias na Ásia. A região só consegue retornar ao cenário econômico do país entre os anos 60 e 70, devido à ação do Governo Federal e às políticas de desenvolvimento econômico por ele capitaneadas. Foi a partir da expansão de formas de acumulação e de investimentos públicos que se procedeu a ocupação das fronteiras amazônicas (PEREIRA, 2000).

Hoje o Norte constitui a região de maior extensão territorial do país, equivalente a mais de 45% do total nacional. É composto pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (inserido na região Norte em 1988, quando foi emancipado do Goiás, região Centro-Oeste). A mais importante riqueza da região se encontra na diversidade de seus ecossistemas, representada pelo material biológico de espécies vegetais, animais e microrganismos. A diversidade – ambiental, socioeconômica, tecnológica e cultural – é a principal característica desse amplo espaço regional brasileiro, identificado também como Amazônia (BUARQUE, 1995). A grande concentração de riquezas em recursos naturais torna a região uma das últimas fronteiras de recursos do mundo e, especialmente, do Brasil.

Diante disso, buscando a compreensão de como se deu o processo de ocupação no desenvolvimento da região Norte, a seguinte questão que conduz essa pesquisa é: como: quais setores da economia os estados têm mais especialização e em que eles contribuem para o crescimento econômico da região

Sendo assim, o trabalho tem como objetivo geral fazer uma análise do processo de desenvolvimento da região Norte, partido dos conceitos de desenvolvimento econômico e uma

análise dos estados visando dimensionar a evolução de sua participação no total de emprego regional, bem como sua especialização setorial por meio do cálculo da locacional.

Dessa forma, os objetivos específicos são:

- Apresentar as principais teorias acerca dos conceitos de espaço, região, economia regional e desenvolvimento econômico;
- Analisar o processo de ocupação da região Norte através de um aparato histórico;
- Apresentar as políticas aplicadas para o desenvolvimento das regiões;
- Analisar a variação e especialização do emprego, em diversos setores da economia, dos estados da região Norte, fazendo uma comparação dos anos de 2010, 2015 e 2020.

## Metodologia

### Configuração da Região Norte do país

A região Norte tem como países limítrofes Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Oceano Atlântico e Venezuela. Com uma área de 3.869.637,9 km<sup>2</sup>, que corresponde a 45,27% do território brasileiro. A região é composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins. Segundo Censo do IBGE de 2022, a região possuía o equivalente a 17.354.884 habitantes, o equivalente a 9% da população do Brasil; sua maior população concentra-se na zona urbana, 58%, tendo Belém, capital do Estado do Pará como sua maior metrópole.

### Quociente Locacional e Emprego Industrial

Fazer um comparativo entre as especializações dos estados é fundamental para a análise da evolução da economia de determinada região. Neste trabalho, as regiões estudadas foram os estados que compõem a região Norte do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Para isso, foi utilizada a metodologia do Quociente Locacional (QL), uma ferramenta tradicional utilizada em estudos de economia regional para identificar as aglomerações especializadas, isto é, regiões especializadas em determinado segmento da economia (DINIZ E BOSCHI, 2002). Ainda de acordo com os autores, o QL é uma medida de especialização porque compara setores com relação ao mesmo setor do estado, país ou região.

Para o cálculo do QL foram utilizados os dados de número de emprego da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), segundo a classificação dos setores para os anos de 1999-2010. Os setores foram: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária. Os cálculos tiveram como base a região Norte. Fez-se necessário a escolha do fator emprego para a análise devido ao seu grau de importância para avaliar o nível de especialização de cada estado.

Com base em Diniz e Boschi (2002), o cálculo do QL foi feito da seguinte maneira:

$$QL = \frac{\frac{ES_{xy}}{ETS_y}}{\frac{ES_{xz}}{ETS_z}}$$

Em que:

$ES_{xy}$  = Emprego do Setor  $x$  no estado  $y$ ;

$ETS_y$  = Emprego Total dos Setores do estado;

$ES_{xz}$  = Emprego do setor  $x$  na região Norte;

$ETS_z$  = Emprego Total dos Setores da região Norte.

A partir do cálculo do QL, tem-se que:

- a) Se o valor do QL for menor que um, o setor  $x$  é menos concentrado no estado, em relação à região;
- b) Se o valor do QL for maior que um, o setor  $x$  é mais concentrado no estado, em relação à região.

## Desenvolvimento

### Teorias do Desenvolvimento Econômico

Para compreender o processo de ocupação e desenvolvimento tardio da região Norte do país se faz necessário uma revisão acerca das teorias do desenvolvimento regional. A partir do conceito de desequilíbrios regionais, alguns autores com variados enfoques teóricos buscam a explicação do crescimento econômico. De acordo com (Feitosa, 2017), até o início da década de 1970, as teorias econômicas de desenvolvimento defendiam a noção de crescimento desequilibrado, na qual determinadas regiões se constituem polos de crescimento, estendendo-se para outras regiões por meio de uma cadeia de desequilíbrios (FEITOSA, 2007).

Nesse contexto, esse trabalho destacou quatro teorias que partem da prerrogativa do crescimento desequilibrado, são elas: teoria do Polo de Crescimento, de Perroux (1955); teoria da Causação Circular Cumulativa, de Myrdal (1957); Efeitos para Frente e para Trás de Hirschman; e Teoria da Dependência, desenvolvida pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (1950).

A teoria do Polo de Crescimento, de Perroux foi desenvolvida em 1955, a partir da observação da concentração industrial nos países da Europa. Essa teoria é baseada na teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter, em que a inovação rompe o fluxo circular estacionário, promovendo o crescimento e levando outras empresas a inovarem, em um processo de imitação. As empresas que não se adaptam a esse novo processo saem do mercado, e os fatores produtivos são alocados nas empresas inovadoras (Souza, 2005). Nesse sentido,

Em Perroux, fica implícita a ação do empresário inovador, que conduz a atividade motriz rumo ao sucesso, desencadeando em seu meio a motricidade que impulsiona a economia ao crescimento econômico. Novas firmas são criadas para abastecer a unidade motriz, ou para aproveitar como insumos os produtos que ela lançou no mercado. Novos investimentos são realizados através das polarizações tecnológica, geográfica e pelas rendas (SOUZA, 2005, p. 100).

Assim, a aglomeração gerada pelo complexo industrial, liderado pelas indústrias motrizes contribuíam para o crescimento global da produção, bem como induziam aquele ambiente no qual estavam inseridos, a partir da relação com as indústrias secundárias, impulsionando o desenvolvimento regional e local (SOUZA, 2005).

Myrdal, em sua teoria da Causação Circular Cumulativa, traz a abordagem das desigualdades do desenvolvimento econômico. Para o formulador, “o jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais” (MYRDAL, 1965, p.51). Isto é, com a concentração, algumas regiões são mais suscetíveis ao desenvolvimento que outras. Sua abordagem é explicada a partir das seguintes considerações: a) existem poucos países prósperos e muitos países extremamente pobres; b) países prósperos estão em um contínuo processo de desenvolvimento, enquanto os países pobres apresentam desenvolvimento lento ou estagnado ou em retrocesso; c) as desigualdades entre países prósperos e pobres tendem a aumentar (SOUZA, 2008).

Essa teoria não tem o objetivo de explicar a causa para o subdesenvolvimento, uma vez que, de acordo com o autor, dentro dos países desenvolvidos também existem regiões mais desenvolvidas que outras. E, em contrapartida, nos países subdesenvolvidos, existem regiões mais prósperas que outras. Assim, essa teoria busca mostrar o crescimento econômico de uma região gera um “Círculo Virtuoso” impulsionado pelo capital, migração e aumento da taxa de natalidade. Por outro lado, em economias estagnadas, desenvolve-se o um “Círculo Vicioso”, onde o fechamento de empresas promove o aumento do desemprego, resultando uma queda na renda, gerando novos pontos de desempregos.

Com um viés próximo a Myrdal, Hirschman, em sua teoria dos Efeitos para Frente e para Trás, aponta que o desenvolvimento é desequilibrado por natureza, e que determinadas regiões são

polos de crescimento e se estenderão para outras regiões, através de uma cadeia de desequilíbrios. O autor entende os desequilíbrios como fatores de estímulo ao desenvolvimento econômico (MADUREIRA, 2015).

Hirschman considera que países subdesenvolvidos devem criar condições para atingir o desenvolvimento, algo que não acontece de forma espontânea. A escassez de fatores de produção é considerada como uma deficiência de organização, que dificulta o processo. Desta forma, é necessária a intervenção do Estado para fomentar as oportunidades de investimento local (MADUREIRA, 2015).

Assim, de acordo com o autor, o desenvolvimento acontece numa cadeia de desequilíbrios, onde o crescimento econômico se manifesta nos setores líderes e se estende às regiões satélites de forma desequilibrada.

Duarte (2015) complementa afirmando que a teoria gira em torno dos efeitos de encadeamento para trás e para frente, onde os investimentos devem ser alocados em setores com grande probabilidade de sucesso, capazes de desencadear um processo propulsor de crescimento do produto e do emprego. Esses investimentos possibilitariam a propagação e a criação de novos investimentos produtivos (efeitos em cadeia “para trás” e “para frente”, agora complementares, que pudessem consolidar cadeias produtivas setoriais, rompendo assim com o estágio de atraso econômico de países subdesenvolvidos).

A Teoria da Dependência, desenvolvida por Raul Prebisch, da CEPAL, que também se baseia na ideia de crescimento desequilibrado, busca explicação para o atraso dos países latino-americanos, através dos desgastes nas relações de troca. Essa teoria afirma que

As causas do subdesenvolvimento de alguns países seriam explicadas pelo desenvolvimento de outros, ou seja, por não conseguirem atingir o estágio capitalista industrial seria consolidada uma divisão internacional do trabalho entre um centro dominante, manufatureiro e terciário, e uma periferia dominada, exportadora de bens primário, agrícolas e minerais (FEITOSA, 2007, p. 134).

Nesse sentido, a industrialização era o único caminho capaz de combater o desequilíbrio externo que deteriora os termos de troca entre o centro dominante, países desenvolvidos que exportavam produtos manufaturados para os países periféricos, que, por sua vez, são países subdesenvolvidos, que exportavam bens primários. Com industrialização dos países subdesenvolvidos, haveria o processo de substituição de importações, onde esses países deixariam de importar produtos industrializados passariam a esses bens e consumir no mercado interno (MADUREIRA, 2015).

## **Espaços, Regiões e Economia Regional: Conceitos e Teorias**

Os estudos da Economia Espacial e Economia Regional fornecem elementos substanciais para o entendimento dos processos de consolidação das atividades nas regiões. São de interesse dessas duas áreas tanto a concentração do capital industrial e a aglomeração das atividades econômicas em poucas localizações geográficas distribuídas irregularmente, como os problemas de desenvolvimento socioeconômico regional (FERREIRA, 1989).

Assim, tendo como base a importância dos estudos dessas áreas, faz-se necessário uma análise teórica referente aos conceitos de Espaço, Região e Economia Regional.

### **Economia Espacial**

É de interesse da Economia Espacial estudar os tipos específicos de atividades econômicas e suas localizações em relação a outras atividades. Ferreira (1989) salienta que, na análise da economia espacial são feitas duas distinções importantes: primeiro, a análise regional, que se preocupa com o estudo das aglomerações de atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas. Utiliza-se

de recursos analíticos macroeconômicos, métodos e modelos agregativos, como os multiplicadores keynesianos e emprego e renda e as contribuições das teorias de desenvolvimento de Myrdal, Hirschman ou Perroux (FERREIRA, 1989).

Enquanto a análise regional analisa padrões locacionais ou a organização das estruturas espaciais, a análise locacional, de cunho microeconômico, refere-se à decisão “onde localizar-se”, dos agentes econômicos referentes a uma unidade econômica pública ou privada em um espaço geográfico contínuo. Pesquisa localizações alternativas do espaço buscando eficiência econômica, ou seja, maximizar os lucros com o mínimo de custos possíveis (FERREIRA, 1989).

## Concepções Convencionais de Região

As contribuições ao estudo dos conceitos de região estão divididas em dois grupos fundamentais: as formulações convencionais e as avançadas. A primeira concepção, também conhecida como teoria neoclássica do estudo de região, baseia-se na abstração do sistema social que está na origem da formação regional, formulando leis de caráter universal, considerar o condicionamento histórico do objeto a ser estudado. Por outro lado, as concepções avançadas iniciam suas formulações considerando a existência de um sistema social com determinantes históricos. Essa concepção incorpora a noção de que o espaço não é um elemento neutro, independente em relação ao tipo de sociedade que ali se localiza (BREITBACH, 1988).

Quanto às formulações convencionais, trataremos aqui das teorias de von Thünen, Christaller e Losch, com a finalidade de proporcionar uma visão do encadeamento teórico que precede a discussão atual sobre o conceito de região.

A Teoria de Localização Agrícola (1783-1850) de Von Thünen baseia-se a partir de um modelo que consiste num estado isolado do resto do mundo, isto é, que se auto abastece. Sua teoria preocupa-se em estabelecer o que se deve produzir num certo local. Ou seja, a área é dada e o padrão de localização vai estabelecer o que será produzido nos diferentes pontos desse território (BREITBACH, 1988).

A contribuição de Christaller, com a Teoria do Lugar Central, constitui um avanço nas formulações teóricas referentes ao estudo de região, uma vez que, sua analisa as cidades propriamente ditas, e também entorno. Essa teoria está baseada na ideia de centralidade, na qual resulta da organização em torno desse centro. O princípio da formação desse centro pode ser observado na história da humanidade, já que a vida comunitária parte da organização em torno de certos locais de vêm a se transformar em centros das futuras cidades regionais (BREITBACH, 1988).

Ainda de acordo com a autora, outro ponto discutido na teoria de Christaller é o resgate da ideia de hierarquia, pois apresenta a existência de dominação de um local central em detrimento de um outro inferior a ele. Essa noção de dominação é de fundamental para o estudo de região, principalmente nos estudos referentes aos desequilíbrios regionais (BREITBACH, 1988).

Outro autor que contribuiu para as teorias convencionais foi Losch, que manteve as ideias principais de Christaller. Em sua teoria, Losch determina a distribuição ótima da economia no espaço de acordo com um padrão a ser seguido. Os argumentos de sua teoria incluem a existência de uma planície homogênea, transporte e custos de produção similares, matéria-prima homogênea e os consumidores apresentam preferências idênticas (BREITBACH, 1988).

## Concepções Avançadas de Região

Segundo Breitbach (1988) no campo teórico acerca das concepções avançadas, Alejandro Rofman tem grande contribuição para a análise. Sua teoria busca analisar a origem das desigualdades regionais no contexto de um país de desenvolvimento dependente. Assim, suas “observações prendem-se às formações sociais capitalistas, no interior das quais se verificam desníveis socioeconômicos entre os distintos subespaços nacionais” (BREITBACH, 1988, p. 75).

Para o formulador, a região é um conceito integral que expressa uma realidade do espaço num contexto histórico-social e, desta forma, enumera alguns aspectos que devem ser contemplados no estudo de uma região, tais como: características do nível de desenvolvimento das forças produtivas

da região; análise das relações de produção e das formas técnicas e organizativas da atividade em cada setor econômico; níveis de concentração econômica e formas de distribuição da renda; e análise comparada da estrutura econômico-social regional com a de outras regiões e com a do país (BREITBACH, 1988).

José Luis Coraggio também teve grande contribuição nas teorias acerca das regiões. Para o autor, a região por si só, considerada como território, não apresenta significado. Suas características físicas, como topografia, clima, solo, recursos minerais, etc., só passam a adquirir sentido quando postas em relação com os processos da sociedade que aí se localizam. Sua contribuição apresenta a regionalização como um resultado da divisão territorial do trabalho dentro de um marco conceitual do qual absorve a realidade social como uma totalidade histórica. A região, nesse sentido, é o resultado da regionalização dos processos sociais e deve ser analisada a partir da dinâmica da reprodução social (BREITBACH, 1988).

Por fim, Horacio Sormani afirma que a estrutura espacial não resulta apenas de uma constante adaptação do homem a seu meio que ali pertence, mas “do caráter da formação social histórica assentada num determinado território” (SORMANI, 1977, p. 4, citado por BREITBACH, 1988, p. 86).

Para Sormani, essa formação social histórica é capaz de implantar e legitimar uma divisão social territorial do trabalho, e assim, os assentamentos e as regiões cumprirão seus papéis. Por outro lado, os fatores espaciais e as condições naturais também influenciam o funcionamento da organização social, podendo, por exemplo, atrapalhar ou facilitar o deslocamento de pessoas ou de mercadorias sobre o território, atuando nas condições de intercâmbio. O nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade “vai determinar se um acidente geográfico se constitui num obstáculo, ou se ele pode ser transformado e apropriado de forma socialmente útil” (BREITBACH, 1988, p. 87).

## **Processo de Desenvolvimento Econômico da Amazônia – da Colônia à Crise da Borracha**

Os motivos nos quais trouxeram os portugueses a ocupar a região do Amazonas fizeram parte não só de um plano político ambicioso de conquista do vale amazônico como também um plano de exploração da biodiversidade local (VELOSO, 2011).

O processo de ocupação portuguesa na região da Amazônia deu-se em meados do século XVII após ameaças de invasões por parte dos franceses, holandeses e espanhóis. Em 1666 foi criado, na foz do rio Amazonas, o Forte Do Presépio que, além de proteger de a região de ameaças estrangeiras, deu origem a atual cidade de Belém e serviu como base de povoamento da Amazônia. Os Fortes de São José de Marabitanas e São Joaquim ajudaram no estabelecimento de povoações como a de Rio Branco, atual capital do Acre (CADERNO TOM DA AMAZÔNIA, 2005).

A grande expedição dos bandeirantes paulistas vindos da região sul, foi organizada para assegurar as riquezas ainda desconhecidas e inexploradas da Amazônia e garantir o domínio da região. Sua grande maioria era composta por índios escravizados. Ocuparam áreas, hoje pertencentes aos estados de Mato Grosso, Rondônia, Pará e Tocantins. Conforme se expandiam mata adentro, esses aventureiros consolidavam caminhos e fronteiras, construindo pequenos arraiais, que constituíam núcleos de povoamento nas paragens percorridas pelas estradas. A partir da conquista da costa amazônica, deu-se início à exploração econômica da região. Nos primeiros anos foi introduzida a agricultura, na tentativa de iniciar o processo econômico. Mas tal plano não seguiu adiante devido às peculiaridades e as condições desfavoráveis que a região apresentava (VELOSO, 2011).

Contudo, não demorou para que os portugueses se atentem às especiarias guardadas pela floresta e que poderia ser mais vantajosa a atividade extrativa. Conforme Caderno Tom da Amazônia (2005), os principais recursos explorados formam a mão-de-obra escrava indígena e as “drogas do sertão”<sup>1</sup>, especiarias de alto preço no mercado europeu.

<sup>1</sup> Drogas do Sertão: Castanha, cacau, tabaco, salsaparrilha, frutos exóticos, peles de animais e outros produtos animais e vegetais coletados por índios e caboclos.

A grande dificuldade de colonização encontrada pelos portugueses estava relacionada às características geográficas da região, densidade das florestas, os imensos rios e a hostilidade dos nativos. Das florestas eram extraídos produtos comercializáveis e sua coleta era feita a partir do trabalho forçado dos índios, nos quais detinham grande conhecimento das florestas e rios. A captura dos índios era uma atividade muito lucrativa, pois além de utilizar seus trabalhos escravos na extração dos produtos da floresta, alguns eram vendidos para outras províncias, como a de Pernambuco, por exemplo, para o cultivo de cana-de-açúcar. Assim, a venda de índios para outras províncias foi uma das atividades mais rentáveis durante o período de ocupação da Amazônia (VELOSO, 2011).

Com o passar dos anos a atividade econômica no chamado Grão-Pará, foi se diversificando e, embora a exportação dos índios houvesse sofrido esse impedimento, eles eram essenciais para expansão dos negócios.

Em 1775 criou-se a Companhia Grão-Pará e Maranhão com o objetivo de consolidar o povoamento e o desenvolvimento das atividades econômicas de médio e longo prazo e que assegurassem a rentabilidade do capital investido. O Pará foi a primeira capitania a plantar café e a pecuária era restrita ao abastecimento local. Por mais de vinte anos de domínio do monopólio da navegação, comércio exterior e tráfico negreiro, a Companhia não conseguiu resultados esperados. Durante os anos de funcionamento da companhia, o cacau representou, em média, 61% das exportações; o café cerca de 10% e o cravo, 11% (SANTOS, 1980).

Tais atividades econômicas não evoluíram o suficiente a ponto de reverter a situação de crise, período que vai de 1808 a 1850. A queda nas exportações seguido de outros fatores (internos e externos), como as Guerras Napoleônicas, a Guerra da Independência e a Revolta da Cabanagem<sup>2</sup>, contribuíram ainda mais para o declínio das atividades econômicas da região (STELLA, 2009).

A deterioração da economia na região só não é mais profunda devido ao surgimento da produção e exportação da borracha, que se inicia no começo do século XIX. Porém, é somente na segunda metade do século que se inicia a próxima fase de exploração vegetal na Amazônia (PEREIRA, 2000).

Na segunda metade do século XIX, à medida que se desenvolve, nos EUA e na Inglaterra, a indústria de artefatos de borracha, a produção de látex é estimulada. Nesse período as aldeias da região já haviam sido transformadas em vilas e havia também grandes movimentos no mercado local e criação de infraestrutura, investidos pelos governantes (PEREIRA, 2000).

Ao longo de aproximadamente um século a economia da região amazônica foi baseada na produção de látex. Inicialmente, os centros locais produtores concentravam-se no Pará, ocupando, mais tarde, novas áreas em direção dos rios Madeira, Juruá, Purus e Acre, constituindo novas cidades. A borracha sustentou um dos mais importantes ciclos de desenvolvimento do país. O capital amazonense, na época tornou-se o centro econômico do país, concentrando todos os recursos produtivos da região (PEREIRA, 2000).

Foi surpreendente o crescimento das exportações amazônicas, no último quartel do século XIX, levando a região à maior produtora de borracha para a indústria automobilística mundial (MOURA e MOREIRA, 2001).

A crescente demanda pelo produto fez elevar seu preço no mercado internacional tendo como consequência a perda da hegemonia da produção de borracha amazônica. Outro fator importante e que teve grande contribuição para decadência da produção do látex na Amazônia foi a competição com o a Inglaterra. O capital inglês elabora um plano para deslocar e implantar a

2 Cabanagem foi um momento de explosão social com impacto demográfico e cultural que marcaram o Pará. Estima-se que um terço da população morreu no conflito, que foi cheio de episódios trágicos. O movimento foi liderado pelas camadas populares. Iniciado em 1835, tomou Belém e espalhou-se por toda a Amazônia. Um governo do povo foi instalado e vigorou até 1838, quando a capital foi conquistada, novamente, pelas forças legalistas. Porém, os conflitos duraram até por volta de 1840. A partir de então o Pará começou a receber fortes punições pelo governo brasileiro. Colônia popular, indianizada, subversiva, independentista e arrivista, aos olhos de muitos, passou a perder gradativamente seu status. As populações caboclas foram, muitas vezes, perseguidas e as grandes propriedades agrícolas ou extrativistas deixaram de contar com a atenção e o apoio do governo central. Stella (2009) complementa que os revolucionários não tiveram suficiente organização para propor um projeto alternativo de ordenamento social e econômico, assim os cabanos acabaram derrotados e foram duramente reprimidos.



produção de seringueiras em suas colônias na Ásia e investe na formação de extensas plantações, objetivando o monopólio do látex. Em seguida, os holandeses e franceses também passam a fazer parte da disputa pelo domínio das fontes supridoras dessa matéria-prima (PEREIRA, 2000).

A partir daí, encerra-se o segundo “ciclo”, com o estabelecimento da crise da economia extrativista da borracha, expressada em estagnação e decadência regional.

A crise da economia da Amazônia perdura até os primeiros anos da década de 1940, quando, depois de desencadeada a Revolução de 1930 e o processo de desenvolvimento do capital industrial do Brasil avançar “restringidamente”, e a economia do extrativismo da borracha vai tendo uma maior articulação com o mercado nacional (BUARQUE, 1995).

## Análises e Resultados

### Dinamismo econômico dos estados da Região Norte

Esta sessão apresenta dados sobre emprego nas capitais e também nos estados da região Norte, nos anos de 2010, 2015 e 2020. Foram analisados os setores de acordo com o agrupamento dos Grandes Setores do IBGE. A Tabela 1 apresenta o número de empregados formais nos setores de Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária., das capitais da região Norte, nos anos de 2010, 2015 e 2020.

**Tabela 1.** Total de empregos formais por Capital da região Norte e Crescimento % - 2010, 2015 e 2020

CAPITAL	VALOR ABSOLUTO			CRESCIMENTO %	
	2010	2015	2020	2010 – 2015	2015 – 2020
Belém	391.168	416.999	398.714	7%	-4%
Boa Vista	70.034	86.403	90.994	23%	5%
Macapá	88.053	98.261	105.623	12%	7%
Manaus	492.429	517.918	499.911	5%	-3%
Palmas	112.915	128.919	123.749	14%	-4%
Porto Velho	184.107	174.539	156.348	-5%	-10%
Rio Branco	96.778	105.252	100.046	9%	-5%
TOTAL	1.435.484	1.528.291	1.475.385	6%	-3%

**Fonte:** Elaborada pelas autoras com base de dados da RAIS (2023).

Nota-se, na Tabela 1, aumentos significativos no emprego formal, entre 2010 e 2015, com exceção de Porto Velho. Destacam-se Boa Vista, Palmas e Macapá, com taxas de 23%, 14% e 12%, respectivamente. Por outro lado, ao observar os dados entre 2015 e 2020, é possível notar uma queda em todas as capitais e, em sua maioria, apresentaram taxas negativas de crescimento.

Essa queda no emprego pode ser explicada, de acordo com Lima e Freitas (2020), pela crise sanitária causada pela COVID-19, pela qual afetou todos os países. A rápida disseminação do vírus e o “uso do distanciamento como forma de prevenção expuseram as desigualdades sociais e urbanas das cidades capitalistas” (COSTA, 2020, p. 969). O IPEA (2020) complementa que, num período muito curto, a economia dos países foi duramente atingida, afetando, conseqüentemente, o mercado de trabalho. No Brasil, o PIB caiu quase 10% no segundo trimestre de 2020 em relação ao trimestre anterior e milhões de pessoas perderam seus postos de trabalho (IPEA, 2020).

Essa tendência de crescimento do emprego entre 2010 e 2015 e queda entre 2015 e 2020 também pode ser notada nos estados da região Norte, como pode ser conferido na Tabela 2.

**Tabela 2.** Total de empregos formais nos estados da região Norte e Crescimento % - 2010, 2015 e 2020

ESTADOS	VALOR ABSOLUTO			CRESCIMENTO %	
	2010	2015	2020	2010-2015	2015-2020
Acre	121.187	136.011	132.851	12%	-2%
Amapá	108.191	121.913	124.619	13%	2%
Amazonas	575.739	611.161	592.188	6%	-3%
Pará	951.235	1.125.629	1.081.037	18%	-4%
Rondônia	334.290	358.661	342.766	7%	-4%
Roraima	78.585	96.564	101.770	23%	5%
Tocantins	238.955	274.645	266.895	15%	-3%
Norte	2.408.182	2.724.584	2.642.126	13%	-3%

**Fonte:** Elaborada pelas autoras com base de dados da RAIS (2023).

Ao analisar os dados de 2010 e 2015, percebe-se um considerável crescimento do emprego formal nos estados da região Norte. Destacam-se o estado de Roraima, Pará e Tocantins, com taxas de crescimento de 23%, 18% e 15%, respectivamente. Os demais estados também apresentaram aceitáveis taxas de crescimento do emprego, mesmo estando atrás dos estados citados.

Nos anos entre 2015 e 2020, assim como nas capitais, os estados e também a região Norte apresentaram taxas negativas de crescimento. Esse recuo no emprego formal está relacionado à pandemia, como já explicado. As exceções são os estados de Roraima e Amapá, que apresentaram taxas de 5% e 2%, respectivamente.

Quanto à participação percentual dos estados no total de empregos formais da região Norte, é possível observar uma baixa variação entre 2010, 2015 e 2020. Esses dados podem ser observados na Tabela 3.

**Tabela 3.** Total de empregos formais e Participação (%), dos estados da região Norte - 2010, 2015 e 2020

ESTADOS	VALOR ABSOLUTO	PARTICIPAÇÃO (%)	VALOR ABSOLUTO	PARTICIPAÇÃO (%)	VALOR ABSOLUTO	PARTICIPAÇÃO (%)
	2010		2015		2020	
Acre	121.187	5%	136.011	5%	132.851	5%
Amapá	108.191	4%	121.913	4%	124.619	5%
Amazonas	575.739	24%	611.161	22%	592.188	22%
Pará	951.235	40%	1.125.629	41%	1.081.037	41%
Rondônia	334.290	14%	358.661	13%	342.766	13%
Roraima	78.585	3%	96.564	4%	101.770	4%
Tocantins	238.955	10%	274.645	10%	266.895	10%
Norte	2.408.182	100%	2.724.584	100%	2.642.126	100%

**Fonte:** Elaboração própria com base de dados da RAIS (2010; 2015; 2020).

Como comentado, a participação dos estados no total de emprego da região Norte não sofreu muitas alterações entre 2010, 2015 e 2020º estado do Pará liderou a participação de emprego na região, apresentando índice de 40% em 2010, e 41% em 2015 e 2020. Esse fato se deve ao fator populacional, uma vez que consiste no estado mais populoso da região. Os demais estados com maior grau de participação no total de emprego formal em 2020 foram o Amazonas, Rondônia e Tocantins, com 22%, 13% e 10%, respectivamente.

Apesar de estar em segundo lugar no ranking de participação no total de empregos da

região, o Amazonas apresentou, entre 2010 e 2020, uma queda de dois pontos percentuais nessa participação.

Partindo para a análise da participação dos setores da economia no total de empregos formais da região Norte, é possível observar que o setor de serviços é o que mais emprega na região, como mostra a Tabela 4.

**Tabela 4.** Total de empregos formais da região Norte e Participação %, por setores – 2010, 2015 e 2020.

SETOR	VALOR	PARTICIPAÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO
	ABSOLUTO	(%)	ABSOLUTO	(%)	ABSOLUTO	(%)
	2010		2015		2020	
Agropecuária	73.347	3%	95.393	4%	95.199	4%
Comércio	424.014	18%	525.526	19%	510.322	19%
Constr. Civil	160.870	7%	160.217	6%	115.586	4%
Indústria	314.745	13%	316.707	12%	308.619	12%
Serviços	1.435.206	60%	1.626.741	60%	1.612.400	61%
Norte	2.408.182	100%	2.724.584	100%	2.642.126	100%

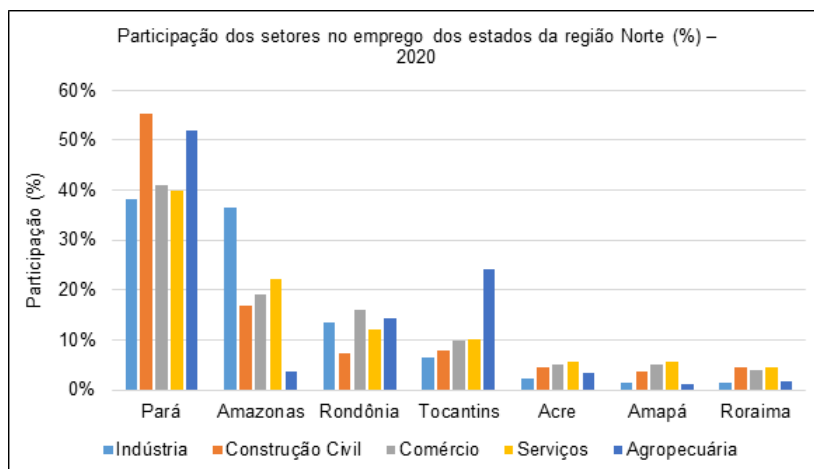
**Fonte:** Elaborada pelas autoras com base de dados da RAIS (2023).

De acordo com a Tabela 4, o setor de serviços foi responsável por empregar 60% da população em 2010 e 2015. Em 2020, o setor cresceu um ponto percentual, em relação à 2015. Em segundo lugar está o comércio, que compreendeu 18% do emprego formal em 2010 e, 19% em 2015 e 2020. A indústria ficou em terceiro lugar no ranking de setores que mais empregaram no período analisado, com 13%, 12% e 12% em 2010, 2015 e 2020, respectivamente.

O setor de construção civil chama atenção por apresentar uma queda na participação total do emprego na região Norte, no período analisado. Em 2010, o setor empregou 7% do total de empregos. Essa taxa caiu para 6% em 2015 e 4% em 2020. Essa progressiva queda do número de emprego deste setor também pode ser explicada pela pandemia,

Quando à análise dos setores no emprego em cada estado da região Norte, nota-se que o estado do Pará apresenta os maiores índices de empregabilidade, em todos os setores, como observado no Gráfico 1.

**Gráfico 1.** Participação dos setores no emprego dos estados da região Norte – 2010, 2015 e 2020



**Fonte:** Elaborado pelas autoras com base de dados da RAIS (2023).

A partir do Gráfico 1, é possível observar que o estado do Pará compreende o maior percentual de emprego em todos os setores, como já explicado anteriormente. A construção civil lidera o ranking de setores que mais empregam no estado, com 55% de participação, seguido da agropecuária e do comércio, com 52% e 41%, respectivamente. No Amazonas, a indústria foi o

setor que mais empregou trabalhadores no estado, com 37%. Fato este, decorrente, de acordo com Ferreira e Botelho (2014), do Polo Industrial de Manaus, seu principal motor econômico, onde concentração de sua atividade na capital do Amazonas.

No Tocantins, a agropecuária foi o setor que mais empregou em 2020, com uma participação de 24% em relação aos demais setores. De acordo com a CODEVASF (2021), a economia do estado tem como base o comércio e a agropecuária, que se encontram em plena expansão para o mercado interno e externo. A Companhia complementa que agronegócio aquece a economia tocantinense, apresentando recordes consecutivos de hiper superávits primários, e tem a soja como um dos seus principais produtos e, destaca-se também a carne bovina, que impulsiona a agropecuária estadual.

A atuação dos estados na composição do emprego pode ser comprovada através do QL, que mostra o grau de especialização setorial de cada estado em relação à região. O estudo do QL para os estados da região Norte pode ser analisado na próxima sessão.

## Especialização do emprego nos estados da Região Norte

Essa etapa consiste em analisar as especializações setoriais dos estados da região Norte no período de 2010, 2015 e 2020, por meio do cálculo do QL para os seguintes setores: Indústria, Construção Civil, Comércio, Serviços e Agropecuária. Nesse sentido, a partir dos cálculos do QL, chegou-se aos resultados apresentados na Tabela 5.

**Tabela 5** - Quociente Locacional dos estados da região Norte por setores da economia (2010 e 2020)

ESTADOS	INDÚSTRIA			CONSTRUÇÃO CIVIL			COMÉRCIO			SERVIÇOS			AGROPECUÁRIA		
	2010	2015	2020	2010	2015	2020	2010	2015	2020	2010	2015	2020	2010	2015	2020
Acre	0,5	0,5	0,5	1,1	0,7	0,9	0,9	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	0,9	0,8	0,7
Amapá	0,4	0,4	0,3	0,6	0,8	0,8	1,1	1,1	1,1	1,2	1,1	1,2	0,3	0,2	0,2
Amazonas	1,7	1,6	1,6	0,6	0,7	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	0,2	0,2	0,2
Pará	0,9	0,9	0,9	1,0	1,3	1,4	1,1	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,4	1,3	1,3
Rondônia	0,8	1,0	1,0	1,9	1,0	0,6	1,2	1,2	1,2	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1	1,1
Roraima	0,4	0,4	0,4	1,1	0,6	1,2	1,0	1,0	1,0	1,1	1,2	1,1	0,3	0,5	0,4
Tocantins	0,6	0,7	0,6	0,9	0,6	0,8	1,0	0,9	1,0	1,1	1,0	1,0	2,0	2,0	2,4
Norte	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

**Fonte:** Elaboração própria com base de dados da RAIS (2010; 2015; 2020).

A partir da Tabela 5, observa-se que em 2010, o estado do Acre apresentou maior especialidade no setor de construção civil e serviços, com QL no valor de 1,1. Em 2015, com QL no valor de 1,1 o setor mais especializado foi se serviços. E em 2020, o setor de serviços apresentou o valor do QL mais elevado, de 1,1.

O Amapá, em 2010, teve sua contribuição para a região Norte no setor de comércio, com QL no valor de 1,2. Em 2015, o comércio e serviços foram os setores que mais contribuíram com o número de empregados, ambos com QL de 1,1. Em 2020, o setor de serviços superou o comércio, apresentando um QL de 1,2.

No estado do Amazonas, o setor industrial foi o que mais contribuiu para o emprego. Em 2010, apresentou um QL de 1,7 e, em 2015 e 2020, um QL de 1,6. Destarte, é possível afirmar que, a indústria deste estado apresenta uma maior concentração de mão-de-obra formal.

O estado do Pará apresentou especialização do emprego formal em todos os setores, com exceção da indústria. Destacam os setores de agropecuária em 2010 e 2015, com QL de 1,4 e 1,3, respectivamente. E, o setor de construção civil em 2020, que apresentou o QL de 1,3, elevando o nível de especialização e, conseqüentemente, contribuindo para a economia da região.

O estado de Rondônia contribuiu para a região, em 2010, no setor de construção civil, apresentando um QL de 1,9. Em 2015 e 2020, o setor de comércio foi o que mais contribuiu para a especialização da região, com o QL de 1,2. Chama a atenção a queda da especialização do emprego no setor de construção civil, parte de um QL de 1,9 em 2015 para 0,6 em 2020.

O estado de Roraima apresentou especialização do emprego nos setores de construção civil, comércio e serviços. Destacando, em 2010 e 2020 a construção civil, com QL de 1,1 e 1,2, respectivamente. Em 2015, o setor de serviços, com QL de 1,2.

O estado do Tocantins apresentou especialização nos setores serviços e agropecuária. Mas com destaque para o segundo, o setor agropecuário. Em comparação aos demais estados, o estado foi o único a apresentar um QL maior ou igual a 2. Em 2010 e 2015, o QL do estado foi de 2 e, em 2020, 2,4. Segundo Schervenski (2010), a economia do estado é caracterizada pela agricultura, que absorve a maior parte da população economicamente ativa. A agropecuária contribui com 60% do PIB, e é a principal atividade econômica do Estado, com destaque para a pecuária. No setor de serviços predomina atividades do setor público.

Tais resultados são esperados para todos os estados nos segmentos analisados, visto que a economia da região norte é baseada no extrativismo vegetal e na agricultura. Pecuária na Ilha do Marajó, no Pará. No setor industrial, o Polo Industrial de Manaus tem grande destaque. Na região, há elevada produção de eletrônicos, relógios, eletrodomésticos e suprimentos de informática, Schervenski (2010).

Ainda as políticas de desenvolvimento regional aplicadas à região Norte podem ser melhor compreendidas dentro do contexto atual, ao analisar a evolução do desempenho econômico dos estados da região. Ao analisar os resultados dos cálculos do QL pode-se notar a evolução do quadro de empregados formais e, conseqüentemente, o quanto os estados se moldaram, especializaram e se distribuíram dentro dos setores da economia. Cada um com suas especificidades, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico da região.

## Considerações Finais

Por um grande período, a região Norte foi esquecida frente aos governantes do país. Ainda no período de colonização europeia, a região teve uma tímida fase de expansão econômica, com a extração de especiarias de alto valor no mercado internacional, tais como castanha, pimenta, cravo, canela, noz-moscada, gengibre, óleos aromáticos, cânfora, sândalo e outros. Porém devido a crise colonial e a queda na exportação dessas especiarias, a região entrou num período de profunda decadência. Este período ficou conhecido como a primeira fase de expansão econômica da região Norte.

O segundo período de expansão da região ocorreu entre os anos de 1866 e 1913, caracterizado pela distinta fase de extração de látex na região, ou também chamado de Ciclo da Borracha. A região era a única, em todo o mundo, a produzir o látex, e vivenciava “a fase áurea da extração de borracha amazônica” (CANO, 1985, pg. 50), o auge de sua economia e desenvolvimento populacional, visto que milhares de pessoas ocuparam a região em busca de riqueza. O ciclo da borracha, que perdurou por quase meio século, levou a economia regional à uma alavancada nas exportações do produto. A comercialização do látex entrou em decadência por volta do ano de 1912, com a concorrência inglesa no mercado internacional, levando a região, mais uma, ao abandono por parte das autoridades governamentais.

Somente após 1930, quando se inicia no país o processo de industrialização, a região volta a entrar na pauta de preocupação governamental. Dado o processo de integração nacional, vários programas de desenvolvimento regionais são impostos às regiões mais atrasadas do Brasil. Na região Norte, tem-se a criação de diversos órgãos (SPVEA SUDAM, Suframa, Radam), objetivando o desenvolvimento econômico, através de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura, resultando numa maior penetração populacional. Entre 1970 e 1985, a região dobra seu nível populacional, bem como a economia regional.

A partir de 1990, a região passa a declinar em nível de participação na economia brasileira, devido a redução de incentivos e investimentos. Atualmente, a economia regional é baseada na extração vegetal e mineral, na agricultura e pecuária e serviços públicos. O único estado que tem

como fonte econômica a indústria é o Amazonas, devido às instalações da Zona Franca de Manaus.

Apesar dos resultados positivos que as políticas de desenvolvimento proporcionaram, como aumento substancial da população, participação na economia brasileira, especialização do emprego nos diversos setores da economia (analisada através do QL), o progresso econômico da região é visto como um atraso com relação às demais regiões.

Atualmente falta de investimentos na região, devido a problemas conjunturais que inibiram a ação do Estado, tem sido o principal motivo para os resultados desastrosos da região, que apesar da degradação parcial da floresta, devido às frentes agropecuárias e a extração de minerais, possui o maior banco genético do mundo. A grande concentração de riquezas em recursos naturais torna a região Norte umas das últimas fronteiras de mundo.

## Referências

BENITEZ, Rogério Martin. O Capital Social Fixo como Insumo do Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 143-157, abr/jun. 1998.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Hucitec 1999.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)** Brasília, DF, 1997.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v. 1, 1988. 96p. (Teses, 13).

BUARQUE, Sérgio C. Integração Fragmentada e Crescimento da Fronteira Norte. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares e SILVA, Pedro Luiz Barros da (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. Série Federalismo no Brasil. São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

CADERNO TOM DA AMAZÔNIA. **História da ocupação da Amazônia**. Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho/Instituto Antonio Carlos Jobim/Furnas Centrais Elétricas/Eletronorte/Eletróbrás, 2005.

CANO, Wilson. **Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil**. Economia e Sociedade, v. 4, n. 8, 1997.

CODEVASF. **Caderno de caracterização: estado do Tocantins** / organizadores, Renan Loureiro Xavier Nascimento, Camilo Cavalcante de Souza, Marcos Antonio das Neves de Oliveira – Brasília, DF: CODEVASF, 2021.

COSTA, Simone da Silva. **Pandemia e desemprego no Brasil**. Revista de Administração Pública - Rio de Janeiro 54(4):969-978, jul. - ago. 2020.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina; BOSCHI, Rodrigo Fortini **O desenvolvimento econômico e humano diferenciado das regiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais**. In: X Seminário Sobre a Economia Mineira, 2002. Diamantina, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina **Global-Local: Interdependência e Desigualdade ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil**. Rio de Janeiro: CEDEPLAR/IE/UFRJ, 2000.

DUARTE, Vilmar Nogueira. **Desenvolvimento equilibrado versus desenvolvimento desequilibrado: uma breve revisão das principais teorias**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 17, n. 31, p. 194-205, jan./jun. 2015.

FEITOSA, C. O. **Do regional ao local: uma transição conceitual**. In: Ricardo Oliveira Lacerda de Melo; Dean Lee Hansen. (Org.). *Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões*. Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões. São Cristóvão: Editora da UFS, v. 1, 2007.

FERREIRA, C. M. de C. **Teorias da localização e a organização espacial da economia**. In: HADDAD, P. R.; FERREIRA, C. M. de C.; BOISIER, S.; ANDRADE, T. A. *Economia Regional. Teorias e métodos de análise*. Fortaleza. BNB/ETENE, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

LIMA, Alexandre Vasconcelos de; FREITAS, Elísio de Azevedo. **A Pandemia e os Impactos na Economia Brasileira**. Boletim Economia Empírica. Vol I | Nº IV | 2020 ISSN 2675-3391.

MOURA, H. A.; MOREIRA, M. M. *A População da Região Norte: Processos de Ocupação e de Urbanização Recentes*. Brasília: **Parceria e Estratégias**, 2001.

OLIVEIRA, José Ribamar da Cruz. COSTA, Newton de Lucena. **Sistemas Produtivos de Rondônia**. Ruralnet, p. 1 - 5, 27 jan. 2003.

PEREIRA, S. M. **Da Economia Colonial à Crise da Borracha**. In: V Encontro de Economia Política e XVII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste. Fortaleza: V Encontro de Economia Política e XVII Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, 2000.

PIRES, J. M. **A política social no período populista**. Tese de Doutorado. São Paulo: IPE/USP, 1995.

PIRES, J. M. **Economia Regional e Urbana**. In: PINHO, Diva Benevides, VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de. *Manual de Economia*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

RAIS, **Relação anual de informações sociais**: RAIS. Brasília: MTE, 2010-2015-2020.

SANTOS, R. A. de O. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.  
SCHERVENSKI, M. P. **Região Norte**. Palhoça: Unisul, 2010.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Teoria dos Polos, Regiões Inteligentes e Sistemas Regionais de Inovação**. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan./jul. 2005.

SOUZA, Silvério Luiz Carvalho de. **Desenvolvimento regional no Brasil: as transformações econômicas no período de 1985 a 2007**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Universidade Federal de Sergipe, 2008.

STELLA, T. H. de T. **A integração econômica da Amazônia (1930-1980)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2011.

VELOSO, R. de S. **Da primeira peita de ouro à interdição oficial: panorama socioeconômico do garimpo de Serra Pelada**. Palmas: UFT, 2011.

Recebido em 14 de junho de 2023.

Aceito em 23 de novembro de 2023.